

O PROFESSOR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: Atribuições e competências

Maria Zenilda Oliveira Alves¹; Deise Cristina de Araújo²; Ana Laura da Silva Texeira^{3*}

¹ Graduanda em Pedagogia, Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS; ² Esp. em Docência do Ensino Superior pela de Faculdades Campos Elísios – FCE; ³ Mestre em História e Filosofia da Educação – UNESP, docente das Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

* autor correspondente: anateixeira_ufms@yahoo.com.br

RESUMO

O presente artigo apresenta o debate entorno da importância do professor da educação especial, resultado da pesquisa de conclusão de curso em andamento junto ao curso de pedagogia AEMS. É de suma importância que o professor esteja cada vez mais preparado para receber o aluno com deficiência na sala de aula, e estudos com esse tema, fundamental, para responder a questionamentos, tanto práticos como teóricos, sobre as atribuições e competências do profissional da educação especial. Com objetivo de questionar e refletir sobre o papel do professor da educação especial, a metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, “desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002. p. 44). Conclui-se que a essa temática é importante pois visa reconhecer o papel do profissional da educação especial no processo de aprendizagem dos alunos.

PALAVRAS-CHAVE: educação especial; o papel do professor; aprendizagem.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo pauta-se na discussão sobre o importante papel dos professores no que tange ao trabalho da Educação especial de forma a refletir sobre o papel desse profissional como agente de transformação e sobre sua importante função na educação.

A educação especial, tem sido atualmente um dos ramos da educação que tem ensejado vários estudos e pesquisas, sobretudo em relação a legislação que oferece oportunidade para pessoas com deficiência na modalidade de ensino.

Assim, surge a necessidade de reflexão sobre a prática e os desafios da modalidade. A evolução na forma de pensar sobre a educação especial veio marcada por uma história muitos preconceitos e exclusão. Novas leis surgiram e trouxeram novas perspectivas em

relação ao processo de ensino e aprendizagem dos estudantes com deficiência.

As mudanças acompanharam as novas demandas sociais e o legislativo assegura a educação de qualidade as pessoas com deficiência e sobretudo a resolução que prevê o processo de inclusão da pessoa especial no ensino regular.

Todavia, refletir o papel do professor é fundamental para a adaptação do estudante especial e de inclusão, como mediador social dessa criança e transmissor de informações e conhecimentos, por isso cabe ao professor buscar metodologias e recursos necessários para compor o processo de aprendizagem.

O trabalho buscou refletir sobre o trabalho do professor em sala de aula e como este profissional pode contribuir para a aprendizagem dos alunos com deficiência.

A pesquisa se torna relevante, pois trata o papel desempenhado pelo profissional da educação especial, apontando que é de suma importância que o professor esteja cada vez mais preparado para receber o aluno com deficiência na sala de aula, assim, estudos com esse tema, são importantes, para responder a questionamentos, tanto práticos como teóricos, sobre as atribuições e competências do profissional da educação especial. Contribuir com a reflexão sobre a atuação de professores no contexto da educação especial, ressaltando a importância do professor e a mediação desse na aprendizagem significativa dos estudantes com deficiência.

O objetivo deste trabalho é refletir sobre o professor da educação especial, suas atribuições e competências para processo de ensino e aprendizagem na modalidade.

Utilizamos na pesquisa fontes bibliográficas de artigos, trabalhos, livros com abordagem científica sobre a temática em estudo, por meio de fontes de pesquisas e estratégias de busca, selecionando as pesquisas por palavras-chaves, de forma a encontrar um direcionamento do tema proposto.

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas (GIL, 2002. p. 44).

Na seleção dos artigos acadêmicos pesquisados, utilizamos o critério das palavras-chave – educação especial,

professor + educação especial – e, em fontes indicadas pela orientação deste trabalho.

2 EDUCAÇÃO ESPECIAL: A importância do profissional de educação

Quando se fala da prática do professor diante do processo de aprendizagem é possível considerar que este profissional é parte indispensável nesse processo, pois é quem irá mediar, no dia a dia, o ensino e aprendizagem junto ao indivíduo com deficiência.

A profissão docente deve abandonar a concepção predominante no século XIX de mera transmissão do conhecimento acadêmico, de onde de fato provém, e que se tornou inteiramente obsoleta para a educação dos futuros cidadãos em uma sociedade democrática: plural, participativa, solidária, integradora [...] (IMBERNÓN, 2002, p. 7).

Sendo assim, o docente tem um papel de oferecer ao educando a qualidade na prática educativa. E quando se fala no trabalho com indivíduos com deficiência a sua responsabilidade é ainda maior pelo fato de sua influência no processo de ensino-aprendizagem.

Dessa forma, conforme aponta Toledo e Martins (2009) a formação de educadores diante da inclusão se torna necessária, porém não suficientes para garantir uma escola inclusiva.

Todavia na colocação de (SCORTEGAGNA; OLIVEIRA, 2008) é necessário possibilitar ao professor a capacidade de refletir sobre sua atuação profissional, objetivando entender a forma como se apresentam os problemas da prática.

O art. 18 Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica dispõe sobre os professores e sua formação para atuar no contexto inclusivo “professores capacitados e especializados, conforme previsto no artigo 59 da LDBEN [...] a Formação de Professores

da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura de graduação plena” (BRASIL, 2001, p. 77).

criar escolas inclusivas requer muito mais que boas intenções, declarações e documentos oficiais, requer que a sociedade, escolas e professores tomem consciência das tensões e organizem condições para criação de escolas inclusivas de qualidade. Além disso, para este autor, a preparação do professor também se constitui condição necessária para o processo de inclusão dos alunos com NEE (MARCHESI, 2004 apud TOLEDO; MARTINS, 2009, p. 4129).

Nessa perspectiva, cabe ao professor ir além do domínio dos conteúdos curriculares, precisa compreender e levar o indivíduo a progredir em todos os seus aspectos humanos, não só em sua formação acadêmica, mas para sua vida, alicerçada em princípios de ética profissional e capacitação teórica.

É muito difícil avançar no sentido das escolas inclusivas se os professores em seu conjunto, e não apenas professores especialistas em educação especial, não adquirirem uma competência suficiente para ensinar todos os alunos” (MARCHESI, 2004, p. 44 apud TOLEDO; MARTINS, 2009).

Isso indica que o trabalho do professor precisa perceber o universo dos seus alunos e alunas com deficiência, e viabilizar meios pelos quais ocorra a construção dos conhecimentos. Compreender o contexto, as limitações e especificidades, de modo que possam auxiliá-los na integração na sociedade como um todo.

O diálogo em relação a formação do professor é pertinente e indica posturas em relação a função do professor. Nos últimos 30 anos tem havido um conflito de valores que “parecem ainda mais graves nas profissões cujos ‘objetos de trabalho’ são seres humanos, como

ocorrem no magistério” (TARDIF apud CUNHA, 2005, p. 86).

Questionar a respeito da profissionalização do educador chama atenção para a complexidade da profissão que envolve saberes, valores, senso comum, saberes cotidianos.

Admite-se que a sociedade de modo geral atribui a pessoa com deficiência a incapacidade vendo-os como coitados, onde o indivíduo acaba por assumir essa posição de inferioridade, assim surge uma das importantes funções do professor de refutar essas ideias retrógradas e provar a capacidade dessas pessoas de superarem as suas limitações e é no âmbito escolar que essas ideias podem ser transformadas.

Essa é uma das principais características do profissional da educação diante de um aluno com deficiência, é preciso tratá-lo levando em conta suas especificidades buscando antes de tudo formá-lo como cidadão ativo dentro da sociedade, buscando superar os paradigmas em torno da deficiência.

Desse modo, conforme nos mostra Bueno (1999), dentro das atuais condições da educação brasileira, não há como incluir crianças com necessidades educativas especiais no ensino regular sem apoio especializado, que ofereça aos professores dessas classes, orientação e assistência. Assim, a educação inclusiva oferece um ensino adequado às diferenças e às necessidades de cada aluno e não deve ser vista lateralmente ou isolada, mas, como parte do sistema regular. Para tanto, o quesito indispensável para a efetivação deste conceito é a formação adequada e contínua do professor (GLAT; FERNANDES, 2005; SANT’ANA, 2005).

A formação de professores é um aspecto que merece ênfase quando se aborda a inclusão. Muitos dos futuros professores sentem-se inseguros e ansiosos diante da possibilidade de receber uma criança com necessidades especiais na sala de aula. Há uma queixa geral

de estudantes de pedagogia, de licenciatura e dos professores, “não fui preparado para lidar com crianças com deficiência” (LIMA, 2002, p. 40).

Acredita-se que a formação docente e a busca da qualidade do ensino para crianças com necessidades educativas especiais envolvem, pelo menos, dois tipos de formação profissional, primeiro os professores do ensino regular que contam com o conhecimento mínimo exigido, uma vez que há a possibilidade de lidarem com alunos com necessidades educativas especiais e, segundo os professores especialistas nas variadas necessidades educativas especiais que possam atender diretamente os estudantes com necessidades e/ou para auxiliar o professor do ensino regular em sala de aula (BUENO, 1993).

A legislação brasileira prevê que todos os cursos de formação de professores, do magistério à licenciatura, devem capacitá-los para receber, em suas salas de aula, alunos com e sem necessidades educacionais especiais, dentre os quais os alunos com deficiências. Mas, no cenário atual, os professores estão realmente preparados para garantir, na prática, o direito dessas pessoas?

Apesar dos avanços dos ideários e de projetos político-pedagógicos, muitas instituições de ensino ainda não implementaram ações que favoreçam a formação de seus professores para atuarem com a inclusão.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa mostrou que, considerado como elemento básico na efetividade da inclusão, a formação do professor da escola especial e inclusiva. Inicial e continua necessita de aprofundamento em torno dos conteúdos teóricos e práticos.

Há ainda que se considerar de extrema importância o papel de atuação da família no processo educacional de uma pessoa com necessidades especiais. A

família deve ser orientada e motivada a participar do processo de aprendizagem desse indivíduo.

Por fim, deficientes têm os mesmos direitos que os demais cidadãos, e por isso devemos respeitá-los. O desafio e o comprometimento não são somente das instituições de ensino, que atendem público da educação especial e escolas regulares, como também de todas as organizações sociais.

Concluimos que não temos a pretensão de esgotar o assunto da temática aqui proposta, evidenciando que ainda há muito o que se discutir e pesquisar sobre este assunto da Educação Especial e Inclusiva contribuindo assim para as pesquisas acadêmicas científicas.

REFERÊNCIAS

BUENO, J. G. S. Educação especial brasileira: integração /segregação do aluno diferente. São Paulo, EDUC/PUCSP, 1993.

BRASIL, SEESP/ SEED/ MEC, A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: O Atendimento Educacional Especializado para Alunos com Deficiência Intelectual, Fascículo II, Brasília, 2006.

IMBERNÓN, F. Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002. (Coleção questões da nossa época. v. 77)

LIMA, P. A. Educação Inclusiva e igualdade social. São Paulo; AVERCAMP, 2002.

SANT'ANA, I. M. Educação inclusiva: concepções de professores e diretores. Psicologia em Estudo, v. 10, n. 2, p. 227-234, 2005.

SCORTEGAGNA, P. A; OLIVEIRA, R. C. S. A formação do professor da Educação de Jovens e Adultos: um processo

contínuo e reflexivo. *Dialogia*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 77-84, 2008.

TARDIF, M. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários. Rio de Janeiro: PUC, 1999

TOLEDO, E. H. de; MARTINS, J. B. A atuação do professor diante do processo de inclusão e as contribuições de Vygotsky. IX Congresso Nacional de Educação. III Encontro Brasileiro de Psicopedagogia. PUCPR. Out. 2009.